

# A Santidade da Vida

Dr. Rousas John Rushdoony

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto<sup>1 2</sup>

Um dos pensadores mais proeminentes deste século, e um famoso humanista, foi o dr. Albert Schweitzer. Por sua própria declaração, Schweitzer era religiosamente não um cristão, mas um humanitarista. Seu princípio religioso básico não era Jesus Cristo, mas *a reverência pela vida*. Para Schweitzer, reverência pela vida significa que toda vida é igualmente sagrada e santa, e deve ser igualmente reverenciada. A vida do homem e a vida de um verme ou mosquito, a vida de um santo e a vida do criminoso mais depravado, são igualmente sagradas e devem ser igualmente reverenciadas. Qualquer matança, mesmo de plantas e animais para alimento, é um ato culposo de assassinato, de forma que o homem vive somente por culpa. Não pode existir distinção moral entre homens e coisas vivas, pois todos representam igualmente *a vida*, e toda vida é sagrada e santa. Em graus diversos, essa crença é comum em nossos dias. Muitos sustentam que a pena de morte é assassinato, um crime contra a vida, e que toda guerra é assassinato, e deve, portanto, ser totalmente condenada. Além do mais, a nova moralidade recusa distinguir entre atos morais e imorais no sentido bíblico: sustenta-se que todos os atos que não fazem violência à vida são morais. A vida é santa, e não pode haver nenhuma discriminação contra qualquer ato que seja um aspecto da vida.

As pessoas que sustentam essa fé são quase sempre pacifistas, embora alguns justifiquem a matança de inimigos fascistas da humanidade; eles são contra a pena de morte, e são contra a moralidade cristã, pois alegam que ela é restritiva ou hostil à vida e ao desejo de viver.

Para lidar com essa fé prevalecente, é necessário conhecer a perspectiva bíblica a fundo. A declaração clara dos Dez Mandamentos é “Não matarás”.

---

<sup>1</sup> E-mail para contato: [felipe@monergismo.com](mailto:felipe@monergismo.com). Traduzido em maio/2008.

<sup>2</sup> Nota do tradutor: Por apresentar a doutrina bíblica da pena de morte, ofereço essa tradução à memória de Isabella Nardoni, assassinada cruelmente aos 5 anos idade pelo seu próprio pai. Quando a lei de Deus reinar em nosso país, não mais precisaremos clamar que a justiça seja feita, e essa não será limitada a uns poucos anos de encarceramento.

O significado desse mandamento é que Deus como Criador é Senhor sobre a vida e a morte: “Vede agora que eu, eu o sou, e mais nenhum deus há além de mim; eu mato, e eu faço viver; eu firo, e eu saro, e ninguém há que escape da minha mão” (Dt. 32:39). A vida é o dom de Deus; portanto, ela deve ser vivida sobre os Seus termos e de acordo com a Sua lei. O homem não pode tirar a vida, incluindo a sua, de acordo com sua vontade, sem ser culpado de assassinato. Em muitos Estados, nossa lei ainda reflete a crença cristã que a tentativa de suicídio é uma tentativa de assassinato, sendo um delito criminal. Como resultado, a sentença de morte contra o assassinato é repetidamente pronunciada na Bíblia: “Quem derramar o sangue do homem, pelo homem o seu sangue será derramado” (Gn. 9:6). “Quem ferir alguém, de modo que este morra, certamente será morto” (Ex. 21:12). Assim, assassinato é um dos crimes que requer pena de morte.

Mas, alguns têm argumentado, como a Bíblia pode de forma lógica pedir que imponhamos a morte como uma penalidade, quando ela nos proíbe de matar? A resposta é simples. O direito de matar não pertence ao homem; pertence a Deus como o autor da vida. A vida pode ser tirada, a pena de morte imposta, *somente* de acordo com a lei de Deus e sob comissão dele. Repetidamente a Bíblia nos diz, como por exemplo em Romanos 13:1-6, que os oficiais do Estado, oficiais do governo civil, são ministros de Deus. Assim como a igreja representa um ministério da palavra e dos sacramentos, e da disciplina eclesiástica, assim o Estado ou governo civil representa um ministério, o ministério da justiça, da administração da lei e ordem sob Deus. Além do mais, assim como os oficiais ou ministros da igreja devem crer e serem fiéis a Deus, ou então incorrerão em Sua ira e juízo, assim também os oficiais ou ministros do Estado devem crer e serem fiéis a Deus, caso contrário incorrerão em Sua ira e juízo.

Porque os oficiais do Estado exercem o poder de Deus, isto é, o ministério da justiça, com o poder e direito de tirar a vida, eles são mencionados por Deus como “*elohim*” no Salmo 82, isto é, como deuses. Eles são como deuses no fato de compartilharem da autoridade de Deus sobre a vida humana: a eles é delegado o dever de matar homens que violam as leis de Deus. Quando eles desempenham esse dever de acordo com a palavra de Deus, o seu juízo é considerado como “juízos de Deus”. De acordo com Deuteronômio 1:17, em suas instruções aos oficiais e juizes civis: “Não

discriminareis as pessoas em juízo; ouvireis assim o pequeno como o grande; não temereis a face de ninguém, porque o juízo é de Deus”. Se os juízes e oficiais do governo civil falham em guardar as leis de Deus, se eles pervertem a justiça de Deus, então, de acordo com o Salmo 82, embora a autoridade deles seja como a autoridade de um deus, eles “morrerão como homens” (Sl. 82:7). Deus mesmo trará juízo e pena de morte sobre uma nação que despreza a Sua lei.

Como resultado, a partir da perspectiva cristã, a pena de morte não é uma opção do Estado, nem uma questão onde o governo civil tem uma escolha. O Estado tem uma lei rígida, a lei de Deus, que deve ser obedecida, porque a execução de criminosos que incorrem em pena de morte é requerida do Estado, sendo a vida do próprio Estado penalizada se ele desobedecer.

Os direitos dos criminosos *são* protegidos pela lei bíblica. O princípio legal que um homem é inocente diante do tribunal até que seja provada a sua culpa foi derivado da Bíblia. O mesmo é verdade do requerimento de corroboração antes que seja permitido um testemunho contra um homem. Mas a Bíblia deixa claro que o homem cuja culpa foi provada não pode ser objeto de piedade. Salomão resumiu isso da seguinte forma: “Os que deixam a lei louvam o ímpio; porém os que guardam a lei contendem com eles” (Pv. 28:4). Aqueles que são cheios de piedade pelo criminoso culpado são eles mesmos homens que deixaram a lei. A piedade deles para com o criminoso é um sinal de depravação.

Uns poucos anos atrás, o pai de uma garota de seis anos de idade que foi brutalmente morta por um pervertido sexual, disse: “Não posso culpar o homem mais do que a sociedade que o produziu”. O criminoso era um homem claramente degenerado. Mas devemos insistir que esse pai era ele mesmo horrivelmente degenerado. Ele estava negando a doutrina da responsabilidade moral pessoal. Estava colocando todo o mundo moral de cabeça para baixo ao chamar o criminoso de vítima. Esse pai estava desprezando a lei de Deus em favor de várias escusas sociológicas para a criminalidade. Salomão expressou claramente as conseqüências de tal delinqüência moral: “O que desvia os seus ouvidos de ouvir a lei, até a sua oração será abominável” (Pv. 28:9).

Assim, o poder para matar é o poder de Deus; ele deve ser exercido de acordo com a lei de Deus, e não é o poder do homem, mas de Deus. Esse uso santo do poder para matar também está, de acordo com a Bíblia, envolvido na guerra justa.

Mas esse é apenas um lado da questão. O poder para matar é sob a lei de Deus, e a vida e o viver também estão sob a lei de Deus. Hoje em dia, é popular pensar das leis como uma restrição sobre a vida, e isso é uma atividade amplamente encorajada pelo humanismo existencialista. A vida livre é a vida além da lei, além do bem e do mal, somos informados; é emancipação da lei e da moralidade. Nossa posição americana histórica, contudo, tem sido a fé cristã que a verdadeira liberdade é sob a lei, a lei de Deus. A sabedoria santa, que significa fé e obediência, é, de acordo com a Escritura, “uma árvore de vida para os que dela tomam” (Pv. 3:18; cf. 11:30). De acordo com a versão de Berkeley do Salmo 19:7: “A lei do SENHOR é perfeita, restaurando a alma”. Ao invés de ser uma forma de prisão, a lei de Deus é para nós a condição de vida.

Analisemos o significado disso: a lei de Deus como a condição de vida. A condição da vida de um peixe, seu ambiente, é a água; tire um peixe da água, e ele morre. A condição da vida de uma árvore, sua saúde e seu meio-ambiente, é o solo; arranque uma árvore pela raiz, e ela morrerá. Não é um ato de libertação tirar um peixe da água, ou uma árvore do solo. Similarmente, a condição da vida de um homem, o solo da sua saúde moral, espiritual e física, é a lei de Deus. Tirar os homens e as sociedades do mundo da lei de Deus é sentenciá-los ao declínio, queda e morte. Em vez de libertação, é a sua execução. A liberdade do homem é sob a lei de Deus, e a lei de Deus é o ar que dá vida ao homem e à sociedade, a condição básica da sua existência. Quando Moisés chamou Israel a obedecer a lei de Deus e andar pela fé, ele disse: “Os céus e a terra tomo hoje por testemunhas contra vós, de que te tenho proposto a vida e a morte, a bênção e a maldição; escolhe pois a vida, para que vivas, tu e a tua descendência” (Dt. 30:19). “Escolhe pois a vida”, e escolher a vida significa viver em obediência às leis de Deus mediante a fé em Jesus Cristo, cuja graça salvadora nos capacita a crer e obedecer.

Portanto, a lei é a condição da vida do homem porque Deus é o criador da vida e o único fundamento da sua continuação. A lei de Deus é a essência da vida e os termos da vida. Aqueles que adulteram a lei de Deus, ou que

advogam qualquer abandono dela, ao invés de buscar liberdade para viver, como alegam, estão na verdade buscando morte. Para um peixe, “escapar” da água é escapar da vida; é uma vontade de morrer. Jesus Cristo, falando como a Sabedoria há décadas, declarou: “Mas o que pecar contra mim violentará a sua própria alma; todos os que me odeiam amam a morte” (Pv. 8:36). O ódio pela lei de Deus é ódio pela vida: é amor pela morte.

O governo verdadeiro é governo de acordo com a palavra de Deus, em termos de Sua lei, como um ministro de justiça. Aqueles que desprezam o governo são, de acordo com Moisés (Nm. 15:29-31) e S. Pedro (2Pe. 2:10), culpados do pecado de presunção. Presunção significa tomar para si autoridade e poder, mesmo sem ter permissão ou direito. Sempre que colocamos de lado as leis de Deus com respeito à vida e morte, somos culpados de presunção. Presunção é a marca de um incrédulo. Presunção significa que temos colocado a nós mesmos no lugar de Deus e demandado que a vida e a morte sejam sob os nossos termos somente.

Os humanistas presunçosos falam sobre reverência pela vida, mas, ao invés de ter qualquer consideração pela santidade da vida, a visão deles sobre a vida é secular e profana. Vida para eles não tem nenhuma conexão com Deus; é simplesmente um recurso natural que usamos e remodelamos de acordo com os nossos gostos. Eles são presunçosos, isto é, obstinados; o universo deles é essencialmente o seu ego e orgulho intelectual, sua confiança que eles representam a elite que governa ao longo das eras. A presunção deles faz com que desdenhem não apenas de Deus, mas de outros homens também. Vivemos num dia quando o amor de todos os homens é insistentemente proclamado em teoria, e o ódio massivo de todos os homens é praticado de fato. Ouvimos muito sobre igualdade por parte de homens que nos dizem que eles são nossos superiores e, portanto, sabem o que é melhor para nós. Ouvimos um chamado à unidade de homens cuja cada ação nos divide. Homens presunçosos, porque são obstinados, podem trazer somente anarquia. A fé e obediência trazem unidade porque unem os homens em Cristo, não na vontade do homem. “Se o SENHOR não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam” (Sl. 127:1).

**Fonte:** *Law and Liberty*, R. J. Rushdoony, 6-10.